



informe ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Fundada em 10 de dezembro de 1985

Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2009 - Ano 11 - nº 125 * Distribuição Gratuita * Criado em 25 de dezembro de 1998

Eleição da comissão interna de supervisão da carreira - CIS

A eleição para representantes para a Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) ocorrerá entre os dias 18, 19 e 20 de agosto. A eleição segue as diretrizes da Lei nº 11.091 que, no Artigo 22, parágrafo 3º, determina que cada Instituição Federal de Ensino tenha uma Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

A CIS tem como objetivo acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano no âmbito da UNIRIO.

Para se candidatar, os interessados devem compor o quadro efetivo de servidores técnico-administrativos da Universidade e ser optantes do PCCTAE. A apuração do resultado será realizada no dia 21 de agosto. **Serão eleitos como membros titulares os três candidatos mais votados.**

A gestão da Comissão durará de 1º de setembro de 2009 a 31 de agosto de 2012. Todos os técnico-administrativos podem e devem votar.

Confira a lista dos candidatos:

Silvia Helena da Silva - Matrícula SIAPE: 1368234 / Cargo: Técnico de Enfermagem / Lotação: DIEN/HUGG

Jorge Luiz Teles Vieira - Matrícula SIAPE: 397898 / Cargo: Assistente em Administração / Lotação: DAAUX/REITORIA

Raquel Pereira da Silva - Matrícula SIAPE: 1095920 / Cargo: Assistente em Administração / Lotação: DAA/REITORIA

Ronaldo Viana Serpa - Matrícula SIAPE: 01660709 / Cargo: Assistente em Administração / Lotação: Decania CCBS

Célio de Góis Serafim - Matrícula SIAPE: 011015675 / Cargo: Auxiliar Administrativo / Lotação: Laboratório de Patologia/HUGG

Local e hora de votação:

Reitoria – Avenida Pasteur, 296 – Urca - 11 às 16 horas

CCET-CCH-CLA-CCBS – Avenida Pasteur, 458 – Urca - 11 às 16 horas

CCJP – Voluntários da Pátria, 107 – Botafogo - 11 às 16 horas

Instituto Biomédico – Frei Caneca, 94 – Centro - 11 às 16 horas

HUGG – Mariz e Barros, 775 – Tijuca - 11 às 19 horas

Dano Moral e Assédio Moral.
Pág. 3

**Estrutura do vencimento
básico**
Pág. 6

**Processo seletivo para
Educação à distância**
Pág. 8

Incentivo à qualificação
Pág. 8

Governo pressionado mantém acordo e faz pagamento da segunda parcela

Diante da pressão da FASUBRA-Sindical de iniciar uma nova greve por tempo indeterminado nas universidades federais, governo cede pressão e efetua pagamento referente a segunda parcela da tabela dos servidores técnico-administrativos das universidades. Confira tabela, na página 7, da estrutura do vencimento básico a partir de 1º de julho deste ano.

Também será incluído neste pagamento, valores referentes à avaliação de desempenho.

FERNANDES



BALANCETE JUNHO

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST.DO R. DE JANEIRO-ASUNIRIO						
Balancete Mensal		(Dispositivo legal: Art. 45, letra "d", do Estatuto)		MAIO	2009	
PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOUREARIA				RECEITAS E OUTROS RECEBIMENTOS		
CAIXA GERAL				Banco do Brasil S.A - conta Corrente		
Folha de Pagamento	Autônomos	ABRIL	2.613,44	Contribuição Liq. Associados FI. ABRIL	23.471,97	
Folha de Pagamento	Funcionário	ABRIL	354,50			
Vale-transporte (22 dias)	Funcionário	MAIO	290,40	Total Receita Social depositada.....	23.471,97	
Auxílio Alimentação	Funcionário	MAIO	165,00			
GPS/INSS	Guias recolh.	ABRIL	1.107,98	MOVIMENTAÇÕES CONTAS BANCÁRIAS		
GFIP/FGTS	Guias recolh.	ABRIL	51,53			
FASUBRA	mensalidade	ABRIL	1.173,59	Conta de Aplicação - BB Renda Fixa 25 Mil		
Aluguel quadra esportiva	quadra		185,00	Saldo do mês anterior.....	64.010,86	
Material de Consumo	Diversos		125,00	Transferência de c/corrente p/aplicação	0,00	
Despesa c/ transporte	Expediente	R.Janeiro	421,75	Rendimentos do mês anterior	0,00	
Impressão de Jornal	"Informe ASUNIRIO"	2000 ex.	530,00	Rendimentos do mês	461,67	
Plantão Diretoria mês	por Coordenação	35 plant.	1.400,00	Estorno de resgate mês anterior	0,00	
Coord. Geral	(10 x R\$ 40,00)	400,00		Resgates p/cobrir o Conta Corrente	0,00	
Coord de Educação	(04 x R\$ 40,00)	160,00		IRRF retido pelo Bco do Brasil S/A s/aplicação	-555,77	
Coord de Aposentados	(04 x R\$ 40,00)	160,00				
Coord. Social	(02 X 40,00)	80,00		Total da conta de Aplicação.....	63.916,76	
Coord Jurídica	(03 x R\$ 40,00)	120,00				
Coord de Adm e Finanças	04 x R\$ 40,00)	160,00		Banco do Brasil S.A - Conta Corrente		
Coord. Pol. Sindicais	(08 x R\$ 40,00)	320,00		Saldo do mês anterior.....	43.222,42	
Desp.c/Representações da Dir. Executiva		(03 X 40,00)	120,00	Valores recebidos na conta	Consig 23.471,97	
Desp.c/Ajuda Custos p/Diversos-eventos		(05 x 20,00)	100,00	Tar banc.deb.diretam.-BB	mês anter. 0,00	
Correios – Envio de jornal aos aposentados.	506 aposent		506,00	Tar banc.deb.diretam.-BB	cf.aviso -9,92	
Faixa em plástico tratado 6,00 x 70	-		42,00	Transf.Bco p/Caixa Geral	ChequeS -31.185,26	
SINTESI - Mensalidade Sindic	funcionário	abril	6,44	Transf.Cta Corrente.p/aplic BB	aviso 0,00	
Alimentação e Lanche	Administrativo	diversos	196,99	Transferido do Cxa. Geral	depós. 0,00	
CLARO - 10 CELULARES	conta	abril	1.284,14	Déb. autom. Clas. Telefone	Telemar -546,07	
EMBRATEL	conta	abril	30,36	Cheque não compensado	0,00	
DARF – Recolh° IRRF	Pess. Jur.	abril	18,00	Cheque mês anterior compensado	0,00	
Assessoria Jurídica-plantão	Ref	abril	1.182,00	Depósito (on-line) associados	rec soc 30,17	
Assinatura mensal de jornal	O GLOBO	Coord. Gal.	63,90	Estorno de tarifa realizada p/BB	rec event 0,00	
Encadernações de documentos			12,00	Estorno transferência indevida do Cxa.Gal.	0,00	
Registro nova página ASUNIRIO - Locaweb Ltda			90,00			
Diárias p/Viagem - 15 Delegados - XX CONFASUBRA			11.475,00			
Ônibus p/XX CONFASUBRA	15 delegados	fretamento	5.950,00			
				Saldo Conta Corrente-BB.....	34.983,31	
				ATIVO IMOBILIZADO		
Total dos pagamentos efetuados p/caixa geral				29.495,02	Invent. anterior Bens Móveis	ABRIL 23.515,37
					Bens adquiridos no mês...	MAIO 0,00
					Bem baixado no mês	MAIO 0,00
					Saldo atual do inventário	>>>>>> 23.515,37
					CRÉDITOS REC. POR NOTAS PROMISSÓRIAS	
MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA					Saldo anterior.....	0,00
Saldo do mês anterior (caixa Geral).....				389,03	Saldo atual.....	0,00
Total das transferências para o Caixa Geral:						
>>>>>Banco do Brasil S.A.				31.185,26		
Subtotal.....				31.574,29	SUPRIMENTO DE FUNDOS	
Total das despesas pagas p/Caixa Geral.....				-29.495,02	Saldo do mês anterior.....	0,00
Saldo da Tesouraria.....				2.079,27	Saldo atual	0,00
>>>>>>>>>DEMONSTRATIVO DOS SALDOS FINANCEIROS<<<<<<<<<						
Bancos Conta Corrente		Banco do Brasil		Extrato:	31/05/09	34.983,31
Aplicação Financeira		Bco.Brasil-Renda Fixa 25 Mil		Extrato:	31/05/09	63.916,76
Dinheiro em poder da Tesouraria		Caixa Geral		Extrato:	31/05/09	2.079,27
TOTAL.....						100.979,34
Assinaram: Benedito C. Machado (pela CG), Josué Garcia da Silva (p/CAF) e Nelson M. Soeiro-Contador						
CRC/RJ - 026343/O-0						

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST.DO R. DE JANEIRO-ASUNIRIO					
Balancete Mensal		(Dispositivo legal: Art. 45, letra "d", do Estatuto)		JUNHO	2009
PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOURARIA				RECEITAS E OUTROS RECEBIMENTOS	
CAIXA GERAL				Banco do Brasil S.A - conta Corrente	
Folha de Pagamento	Autônomos	MAIO	2.613,44	Contribuição Liq. Associados FI. MAIO	23.598,46
Folha de Pagamento	Funcionário	MAIO	375,97		
Vale-transporte (22 dias)	Funcionário	JUNHO	290,40	Total Receita Social depositada.....	23.598,46
Auxílio Alimentação	Funcionário	JUNHO	198,00		
GPS/INSS	Guias recolh.	MAIO	1.107,98	MOVIMENTAÇÕES CONTAS BANCÁRIAS	
GFIP/FGTS	Guias recolh.	MAIO	51,53		
FASUBRA	mensalidade	MAIO	1.179,92	Conta de Aplicação - BB Renda Fixa 25 Mil	
Aluguel quadra esportiva	quadra		180,00	Saldo do mês anterior.....	63.916,76
Materiais de Consumo	Diversos		138,32	Transferência de c/corrente p/aplicação	40.000,00
Despesa c/ transporte	Expediente	R.Janeiro	539,40	Rendimentos do mês anterior	0,00
Impressão de Jornal	"Informe ASUNIRIO"	2000 ex.	530,00	Rendimentos do mês	668,03
Plantão Diretoria mês por Coordenação	52 plant.		2.080,00	Estorno de resgate mês anterior	0,00
Coord. Geral	(14 x R\$ 40,00)		560,00	Resgates p/cobrir o Conta Corrente	-7.837,21
Coord de Educação	(04 x R\$ 40,00)		160,00	IRRF retido pelo Bco do Brasil S/A s/aplicação	-7,04
Coord de Aposentados	(07 x R\$ 40,00)		280,00		
Coord. Social	(08 X 40,00)		320,00		
Coord Jurídica	(04 x R\$ 40,00)		160,00		
Coord de Adm e Finanças	06 x R\$ 40,00)		240,00		
Coord. Pol. Sindicais	(09 x R\$ 40,00)		360,00	Total da conta de Aplicação.....	96.740,54
Desp.c/Representações da Dir. Executiva		(09 X 40,00)	360,00	Banco do Brasil S.A - Conta Corrente	
Desp.c/Ajuda Custos p/Diversos-eventos		09 x 20,00)	180,00	Saldo do mês anterior.....	34.983,31
Correios – Envio de jornal aos aposentados.		511 aposent	664,30	Valores recebidos na conta Consig	23.598,46
Confraternização - Adiantamento Sitio dos Netinhos para 5/12			9.900,00	Tar banc.deb.diretam.-BB	mês anter. 0,00
SINTESI - Mensalidade Sindic	funcionário	MAIO	6,44	Tar banc.deb.diretam.-BB	cf.aviso -5,00
Alimentação e Lanche	Administrativo	diversos	289,32	Transf.Bco p/CAixa Geral	ChequeS -25.790,79
CLARO - 10 CELULARES	conta	MAIO	996,63	Transf.Cta Corrente.p/aplic BB	aviso -40.000,00
EMBRATEL	conta	MAIO	63,40	Transferido do Cxa. Geral	depós. 0,00
NEXTEL	conta	MAIO	1.382,22	Déb. autom. Ctas. Telefone	Telemar -574,69
DARF – Recolh° IRRF	Pess. Jur.	MAIO	18,00	Cheque não compensado	0,00
Assessoria Jurídica-plantão	Ref	MAIO	1.182,00	Cheque mês anterior compensado	0,00
Assinatura mensal de jornal	O GLOBO	Coord. Gal.	63,90	Depósito (on-line) associados rec soc	0,00
DARF - PIS - Folha Pagamento		maio	12,88	Estorno de tarifa realizada p/BB rec event	0,00
XEROX			12,00	Estorno transferência indevida do Cxa.Gal.	0,00
				Resgate de aplicação	7.837,21
				Saldo Conta Corrente-BB.....	48,50
				ATIVO IMOBILIZADO	
Total dos pagamentos efetuados p/caixa geral			24.416,05	Invent. anterior Bens Móveis	MAIO 23.515,37
				Bens adquiridos no mês...	JUNHO 0,00
				Bem baixado no mês	JUNHO 0,00
				Saldo atual do inventário	>>>>> 23.515,37
MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA				CRÉDITOS REC. POR NOTAS PROMISSÓRIAS	
Saldo do mês anterior (caixa Geral).....			2.079,27	Saldo anterior.....	0,00
Total das transferências para o Caixa Geral:				Saldo atual.....	0,00
>>>>>Banco do Brasil S.A.			25.790,79		
Subtotal.....			27.870,06	SUPRIMENTO DE FUNDOS	
Total das despesas pagas p/Caixa Geral.....			-24.416,05	Saldo do mês anterior.....	0,00
Saldo da Tesouraria.....			3.454,01	Saldo atual	0,00
>>>>>>>>>DEMONSTRATIVO DOS SALDOS FINANCEIROS<<<<<<<<<					
Bancos Conta Corrente		Banco do Brasil		Extrato:	30/06/09 48,50
Aplicação Financeira		Bco.Brasil-Renda Fixa 25 Mil		Extrato:	30/06/09 96.740,54
Dinheiro em poder da Tesouraria		Caixa Geral		Saldo:	30/06/09 3.454,01
TOTAL.....					100.243,05
Assinaram: Benedito C. Machado (pela CG), Josué Garcia da Silva (p/CAF) e Nelson M. Soeiro-Contador					
CRCi/RJ - 026343/O-0					

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva: Coordenação Geral: Jorge Luiz Teles, Célio de Góis Serafim e Benedito Cunha Machado.
Coordenação de Educação: Maria Cristina de Souza Lima, Julio Cesar Correia Lopes e Antonio Luiz Mendonça Correia.
Coordenação de Administração e Finanças: Ernani Pedro Zimmermann de Oliveira e Josué Garcia da Silva.
Coordenação de Políticas Sindicais e Comunicação: Wilson Ferreira Mendes,

José Carlos Passarelli, Teresa Cristina Cordeiro Pamplona.
Coordenação de Políticas Sociais, Culturais, Esporte e Lazer: Sheila Maria, Edilan Fialho dos Santos e Milton Pessanha Pereira da Silva.
Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho: Oscar e Luiz Carlos Gomes.
Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão: Silvia Senna Ramalho da Silva e Edivaldo de Assis.
Suplentes: Reynaldo Araújo de Mello Silva.
Conselho Fiscal: Isabel Gomes da

Nobrega, Elizabeth da Silva Guedes,
Márcio Jaimovich, Eloi Barbosa, Wilma
Ferreira Araújo e Gustavo de Melo Torres
Teixeira.

ASUNIRIO: Av. Pasteur, 296/sala 607
Urca - RJ
Cep: 22290-240
Tel/Fax: (21) 2541-0924
Site: www.unirio.br/asunirio
Endereço eletrônico: asunirio@ig.com.br
Horário de funcionamento: 10h as 16h
Tiragem: 2.000 exemplares.
Impressão: Editora Gráfica Tipológica

Comunicação Integrada Ltda.
Diagramação: Rafaela Pereira
Reportagem: Rafaela Pereira e Camila
 Miranda
Jornalista Responsável: Rafaela
 Pereira - MTB JP 23991 RJ
 (rafaelajornalismo@yahoo.com.br)

**O conteúdo deste informativo é
responsabilidade da Diretoria
Executiva da ASUNIRIO.
Filiada a FASUBRA Sindical
(www.fasubra.com.br)**

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Jornalista receberá R\$ 260 mil por assédio moral

Após comprovar os maus tratos e agressões sofridas por parte de sua superiora hierárquica, uma jornalista receberá da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indenização de R\$ 260 mil por dano moral.

A decisão da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve indenização fixada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO), correspondente a cem vezes o salário da empregada.

O relator, ministro Ives Gandra Martins Filho, esclareceu na decisão que “o Regional consignou que a empregadora permitiu que sua funcionária mantivesse um comportamento ofensivo em relação aos empregados colocados sob sua orientação, agredindo-os verbalmente e de forma contínua”.

A jornalista foi admitida pela CNA para trabalhar na assessoria de imprensa, onde permaneceu por oito anos. Com larga experiência, ela já tinha atuado em veículos de comunicação consagrados, inclusive como apresentadora de TV.

Afirmou que, ao longo do tempo, sofreu constrangimentos por parte da chefe que “minaram suas forças físicas e morais, a ponto de adoecer”.

Contou que era freqüentemente chamada de “incompetente e irresponsável”, o que a levou a pedir demissão por duas vezes (a segunda concretizada), tamanha a pressão sofrida por parte da chefe, que normalmente entrava em contradição.

Em um dos episódios relatados, a superiora teria determinado o envio de uma matéria para o jornal Correio Braziliense e depois negado que o tivesse feito, culpando a jornalista por agir por conta própria.

O tratamento agressivo, aos gritos, ocorria na frente de todos, por qualquer razão.

A empregada disse que suportou o quanto pôde, pois tinha sob sua responsabilidade mãe e filha para sustentar.

Ressaltou que foi a única a permanecer tanto tempo no local, por onde já passaram vários colegas, e que, numa ocasião, outra jornalista agredida da mesma forma levou o fato ao presidente da CNA, que prometeu tomar providências mas nada fez, mesmo reconhecendo que “a funcionária era uma pessoa difícil e má”.

A Confederação alegou, na defesa, que não foram provadas as práticas abusivas por parte da chefe, nem os fatos relatados pela empregada.

A juíza da 20ª Vara do Trabalho de Brasília reconheceu o dano moral e condenou a CNA a pagar indenização no valor de três salários da jornalista, além das verbas rescisórias, entendendo que “a chefe imediata não agia conforme os padrões ideais de polidez e educação”.

Ambas as partes recorreram ao TRT/DF, que negou provimento ao recurso ordinário da CNA e reformou a sentença somente quanto ao valor da indenização.

Segundo a decisão, o valor arbitrado foi baixo, “em face das circunstâncias que envolvem o caso: agressões verbais contínuas e na presença de outros empregados, a idade da vítima (53), a condição social da empregada, que tinha que manter seus familiares com o salário que recebia, e a omissão da empresa diante de reiteradas atitudes abusivas”.

O ministro Ives Gandra manteve a tese regional e negou provimento ao agravo apresentado pela Confederação, que insistiu na falta de provas, além de considerar o TRT omissivo quanto ao tema.

O relator ressaltou que “o TRT não se reportou a qual das partes caberia o ônus da prova, mas concluiu, ao analisar os elementos contidos nos autos, que eles foram suficientes para amparar o pagamento de indenização por dano moral”.

O ministro explicou que não houve violação à Constituição, e ressaltou que a condenação decorreu da comprovação da conduta lesiva da empregadora, lembrando a vedação ao TST da análise de fatos e provas, pela Súmula 126.

Governo institui diárias para ministro e reajusta valores das demais

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, assinou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, o **Decreto nº 6.907** que institui diárias para os ministros de Estado, cargos de natureza especial e comandantes das Forças Armadas em viagem pelo território nacional.

Além das diárias para ministros, o decreto também reajusta os valores das diárias dos demais servidores federais, civis e militares, que estavam congeladas desde outubro de 2002.

CJF libera R\$ 504 milhões em RPVS

O presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Cesar Asfor Rocha, liberou no dia 20 de julho, aos tribunais regionais federais, limites financeiros correspondentes a R\$ 504.399.932,58 para pagamento de requisições de pequeno valor (RPVs) na Justiça Federal.

As requisições se referem a dívidas judiciais da União e de órgãos públicos federais, autuadas em junho de 2009 (valores atualizados pelo IPCA-E do mês de referência). O depósito desses valores na conta dos beneficiários é feito pelos TRFs, de acordo com seus cronogramas próprios.

Do total de RPVs, R\$ 353.859.541,82 correspondem a processos previdenciários – revisões de aposentadorias, pensões e outros benefícios – que perfazem um total de 55.626 ações, beneficiando 68.097 pessoas em todo o país.

Mostrar lingerie resulta em dano moral

Em julgamento realizado pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), uma ex-empregada da empresa Atacado Liderança de Tecidos e Confecções que sofreu revista íntima no trabalho garantiu o direito a indenização de R\$ 2 mil por dano moral. Para evitar furtos de peça de lingerie, a empresa fazia revistas nas funcionárias, obrigando-as a mostrar sutiã, calcinha e meia. O procedimento era feito em lugar reservado, por outra funcionária, e somente quando se constatava a ocorrência de furto. Mesmo assim, a Terceira Turma do TST entendeu que a revista é ilegal.

De acordo com o juiz convocado Douglas Alencar Rodrigues, relator do processo, ao expor a roupa íntima da ex-empregada, a empresa atuou “à margem dos parâmetros razoáveis, invadindo esfera indevassável de intimidade e incidindo em abuso que deve ser reparado”. Assim, teria havido violação à Constituição Federal, artigo 5º, que coloca como “invioláveis a intimidade a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Embora a empresa tenha direito à adoção de medidas para a proteção do seu patrimônio, não pode haver “invasão ilegítima da esfera jurídica da intimidade” dos empregados, como ocorreu no caso.

A ex-empregada ganhou, em julgamento na 1ª Vara do Trabalho de Cascavel (PR), o direito a indenização de R\$ 2 mil. Essa decisão foi alterada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), que entendeu não ter havido violação da intimidade dela. Agora, a Terceira Turma do TST restabeleceu a sentença de primeiro grau.

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

Servidores com cargo de direção não devem exercer a advocacia

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério do Planejamento, em atenção à recomendação da Controladoria Geral da União, alertou seus servidores de que não devem exercer a advocacia aqueles que sejam titulares de cargo ou função de direção na administração pública.

De acordo com a SPOA, os servidores devem estar atentos ao que dispõe o artigo 28 da Lei 8.906/94 – Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que diz que o exercício da advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, para ocupantes de cargos ou funções de direção em órgãos da administração pública direta ou indireta e suas fundações e em suas empresas controladas ou concessionárias de serviço público.

Entretanto, em seu parágrafo 2º esclarece que não estão incluídos na restrição do exercício da advocacia aqueles que não detenham poder decisório sobre interesses de terceiros ou envolvidos com a administração acadêmica ou magistério.

Governo quer atrelar discussão de negociação coletiva a direito de greve

No último dia 21, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) participou do grupo de trabalho (GT) que discute a regulamentação da negociação coletiva no setor público.

Na proposta apresentada à bancada sindical, o governo mostrou que quer condicionar a regulamentação da negociação coletiva a outros dois temas: liberação de dirigentes sindicais e regulamentação do direito de greve.

A Condsef, que defende o exercício do direito de greve sem intervenção do Estado, espera que o debate seja desatrelado ao que procura regras de negociação na Administração Pública.

Outras entidades que compõem a bancada sindical também querem separar os debates.

Para isso, a bancada sindical agendou uma reunião para o dia 18 de agosto.

No encontro, as entidades devem criar uma proposta, usando conteúdo do que foi acumulado nos últimos dois anos, que interesse aos trabalhadores e apresentá-la ao Governo na próxima reunião do GT de negociação coletiva.

Na reunião do dia 21 de julho, o Governo apresentou ainda a proposta de criação do “observatório social das relações de trabalho no serviço público”.

Esse seria um sistema de acompanhamento onde a sociedade civil organizada também poderia participar e acompanhar o processo de negociação entre Governo e servidores.

Também no dia 18 de agosto, a bancada sindical irá discutir essa nova proposta e levantar as principais dúvidas para que sejam esclarecidas pelo Governo.

Polêmica Em diversas ocasiões em que Governo tentou atrelar a discussão de direito de greve à negociação coletiva a Condsef apresentou sua posição contrária.

Se o Governo insistir em atrelar limitações de direito de greve ao debate de negociação no setor público a Condsef não chegará a um acordo.

A entidade defende a aprovação da Convenção 151, que regulamenta a negociação no setor e não está ligada a limitações em qualquer direito assegurado aos trabalhadores.

A defesa é para que a convenção, que já está no Congresso Nacional, seja aprovada com urgência.

Para a Condsef, com o direito de negociação coletiva respeitado, muitas greves seriam evitadas.

Com regras, direitos e deveres estabelecidos tanto para Governo quanto para servidores, paralisações de atividades, muitas vezes iniciadas apenas para abrir diálogo, não seriam necessárias.

STF permite que servidores incluam companheiros de união homoafetiva em plano de saúde e benefícios sociais

Já está em vigor o Ato Deliberativo 27/2009 do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite aos seus funcionários que vivem relações homoafetivas estáveis incluírem seus parceiros como dependentes do plano de saúde do tribunal, o STF Med.

A questão foi discutida em reunião do Conselho Deliberativo do STF-Med realizada em janeiro e junho deste ano, sendo que a medida passou a valer no dia 1º de julho.

Para colocar o companheiro ou companheira como dependente, o funcionário precisa comprovar que a união é estável apresentando uma declaração pessoal. Além disso, a união também poderá ser comprovada por cópia autenticada de declaração conjunta de imposto de renda; referência ao companheiro no testamento; comprovação de residência em comum há mais de três anos e comprovação de financiamento de imóvel em conjunto e comprovação de conta bancária conjunta há mais de três anos.

Outro requisito é comprovar que não existe da parte de nenhum dos dois companheiros qualquer impedimento decorrente de outra união. Para esses casos, poderá ser apresentada declaração de estado civil de solteiro firmada pelos companheiros; certidão de casamento com a averbação da sentença do divórcio; sentença que tenha anulado casamento ou certidão de óbito do cônjuge, na hipótese de viuvez.

Os companheiros de funcionários do STF deixarão de ser beneficiados nos casos que houver a dissolução da união homoafetiva, o desligamento do funcionário titular do benefício ou no caso de comprovação de que foram apresentadas informações inverídicas.

SRH vai unificar vínculos para desconto do imposto de renda

Ao acessarem o contracheque de julho, cerca de 14 mil servidores federais irão notar uma mudança a mais, além do reajuste na remuneração, previsto nas leis que reestruturam as carreiras. Essa é a quantidade aproximada de servidores que possuem mais de um vínculo no Poder Executivo e cuja remuneração será unificada para efeito do desconto do imposto de renda retido na fonte.

Até junho, o cálculo do imposto vinha sendo feito vínculo a vínculo, aplicando as tabelas da Receita Federal em cada um. Se em um dos vínculos o servidor não atingisse renda suficiente para o desconto na fonte, o valor não era retido. A partir de agora, a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MP) vai identificar pelo CPF todos os vínculos do servidor e calcular o imposto pelo valor real da remuneração dele.

“O servidor podia até ser beneficiado num primeiro momento, pois recebia a mais no contracheque. Mas quando fazia o ajuste anual acabava prejudicado, pois ao somar todos os vínculos, verificava-se que a renda era maior”, explica o coordenador-geral de Desenvolvimento e Produção da Folha de Pagamento da SRH, José Pereira de Sousa Filho.

“Quase sempre isso significava pagar imposto no ano seguinte, pois o valor retido não era suficiente. Agora não, isso ficará diluído ao longo dos 12 meses e ao fazer a declaração de ajuste anual o servidor pode até ter restituição”, completa ele.

A medida alcança apenas os servidores cujos vínculos façam parte folha do Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos), ou seja, que integrem os órgãos do Sipec (Sistema de Pessoal Civil). Os que estejam exercendo função no Executivo Federal, mas cedidos pelo Legislativo ou pelo Judiciário – a nível federal ou estadual – não serão alcançados pela medida, pois o Siape não tem acesso a essas folhas de pagamento. Nesses casos, o desconto do imposto de renda será feito apenas no vínculo com o Governo Federal.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SINDICAIS E
COMUNICAÇÃO

Eles continuam os mesmos

Em mais um golpe de Estado na América Latina, detecta-se as impressões digitais da embaixada norte-americana como partícipe ativo desse processo retrógrado, mas, ainda atuante em nostra América.

Pensando bem, há 45 anos, um tal de Lincoln Gordon realizou ação semelhante no nosso país.

Não resta dúvida de que o apoio aos golpistas partiu de pessoas vinculadas à direita americana: latifundiários, banqueiros, empresários, (principalmente àqueles ligados a indústria farmacêutica), até porque, havia perspectiva de medicamentos baratos em Honduras, em um projeto de saúde pública que contemplaria toda a população.

Outra razão para esse golpe foi a adesão de Manuel Zelaya a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) e pretendia realizar um referendo sobre reformas constitucionais. Esse foi o pecado capital de Zelaya, ouvir o desejo dos cidadãos de seu país. Com Jango ocorreu algo de semelhante nas chamadas Reformas de Base.

Há traços característicos de outros golpes praticados em toda a América Latina nas décadas de 60, 70 do século XX. Notadamente àquele ocorrido no Brasil, uma elite indignada com as possibilidades de melhorias sociais da população mais pobre, o apoio da mídia golpista e a versão hondurenha da “Marcha da família com Deus pela liberdade” (mais uma vez, destaca-se a Secular Igreja cumprindo seu trabalho sujo, praticado por aqueles que se dizem representantes de Deus na terra).

Interessante que, Presidente Manuel Zelaya não é nenhum neo-revolucionário, ou seguidor das idéias de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Mão, Gramsci, Rosa de Luxemburgo, Prestes, Guevara, Ho Chi Minh, ou sujeito que os valha, a lembrança daqueles, mesmo não estando mais entre nós, ainda aterroriza a ordem capitalista mundial. Ao contrário,

trata-se de um membro do Partido Liberal, cujo conservadorismo é a linha a ser seguida. Bastou contrariar os interesses multinacionais para que caísse em desgraça.

A nossa mídia, acovardada, como de praxe, financiada também por laboratórios multinacionais, vem noticiando o fato hondurenho com a expressão “Golpe de Estado”, mas, preocupada em deixar claro nas entrelinhas que, Zelaya desrespeitou uma decisão da Suprema Corte. Não demora muito, a mídia nacional, capitaneada pelo O Globo, acabará legitimando o Golpe, semelhante a 1964, tudo dependerá para onde apontar o nariz de Tio Sam.

Até que Barack Obama deu a entender num primeiro momento, pelo imediato retorno ao poder de Manuel Zelaya, mas sua Secretária de Estado, Hillary Clinton, em nome da lei e da ordem constitucional, já concorda em antecipar as eleições para trazer Honduras de volta à legalidade. A atitude de Hillary não garante a volta de Zelaya, com essa estratégia, os EUA beneficiarão aos golpistas (como sempre fizeram), não serão punidos, sairão como restauradores da ordem e o povo hondurenho, semelhante ao nosso em 1964 ficará sem entender o quanto foi usado e enganado.

Que fique bem claro para nós, é Wall Street, em Nova York que decide o destino do mundo capitalista. Obama parece já ter entendido o recado, ele faz parte de um show, de um espetáculo. Ou aceita as regras dos senhores do capital, ou será conduzido à porta de saída da Casa Blanca, se não houver contratempos (vide Kenedy).

Mas, não devemos esquecer que em relação a Honduras, o Brasil oferece muito mais atrativos (o Pré-sal não nos deixa mentir), e os “nossos senhores do Norte” sabem disso. Também fazemos parte desta América Latina, portanto todo cuidado é pouco.

ENEM pra quem?

O governo federal tem realizado transformações no nosso sistema educacional, vários projetos já foram e continuam sendo implantados. Programa Universidade Para Todos (PROUNI), Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), Universidade Aberta do Brasil (UAB), ampliação da Escolas Técnicas.

Tais mudanças objetivam facilitar o acesso de estudantes aos cursos de graduação superior em instituições públicas e privadas.

Agora chegou a vez do Exame Nacional do Ensino Médio substituir os vestibulares das universidades federais de todo o Brasil. Entre as vantagens dessa nova proposta está a isenção para os alunos da rede pública e evitar que àqueles classificados em várias instituições ocupem mais de uma cadeira ou deixem vagas ociosas.

No Estado do Rio de Janeiro, a UNIRIO foi pioneira entre as universidades federais a dar acesso aos estudantes oriundos das escolas públicas para que adentrassem na academia. Agora, todas as federais do estado acabam de aderir, embora de maneiras diferenciadas, umas parcial, outras integralmente.

Contudo, cabe algumas reflexões:

Sendo um exame de âmbito nacional, considerando que o ENEM seja o único referencial para o ingresso nas universidades federais, como ficará a situação dos candidatos de regiões menos favorecidas economicamente, como às do Norte e do Nordeste, cujas escolas não têm os mesmos recursos e qualidade de ensino quanto às do Sul e do Sudeste? Isto dito, porque as famílias mais abastadas dos grandes centros do país terão condições de bancar seus filhos em universidades do Norte e do Nordeste, conquistando vagas que até então, estariam asseguradas pelos estudantes destas regiões.

Por outro lado, se o estudante de menor poder aquisitivo seja ele da região que for, caso conquiste uma vaga numa instituição fora de seu estado, como irá se manter, caso esta instituição não tenha alojamentos ou outra forma de moradia para o mesmo?

Também pergunta-se, como se dará o estudo das regionalidades, considerando a complexidade deste continente chamado Brasil?

Abrir mão das questões regionais, não será o melhor caminho para a busca de uma educação voltada para uma identidade nacional, embora sabemos que os currículos do ensino fundamental e médio devem conter uma base nacional comum, há de se observar que a LDB propõe a liberdade de escolha dos componentes curriculares, de conteúdos diversificados e de programações diferentes em seu artigo 26.

Estas questões não inviabilizam o ENEM, esse exame pode ser um grande veículo para se realizar uma tiragem inicial de candidatos ao ensino superior numa primeira fase. A fase seguinte deverá ficar a cargo das universidades que, nesse momento, irão também trabalhar as questões regionais dentro do perfil de alunos desejados pela instituição.

O modelo interdisciplinar do ENEM está correto, não há como fugir de um mundo que requer uma vida, onde a dinâmica é dada pelas tecnologias da comunicação, envolvida num intenso fluxo de informações.

Mas, o MEC precipitou-se ao lançar o ENEM num ano em andamento, sem dar tempo necessário para que professores e alunos tivessem como melhor organizar seus estudos e entender a nova metodologia criada. O MEC sabe muito bem que, educação não anda a toque de caixa, requer tempo para produzir bons resultados, para isso é preciso diálogo e interlocução das partes envolvidas.

Projetos como esses têm que ser de Estado e não de um governo em final de mandato, alucinado por obter capital político em curto espaço de tempo.

Pior de tudo é que, nesse aqodamento, as universidades acabam por deixar de lado seu processo seletivo original, porque de pires na mão, não querem ficar de fora da divisão dos recursos financeiros direcionados para a assistência estudantil até o ano de 2010.

É assim que o governo Lula da Silva trata a questão do repasse orçamentário, ou os reitores aderem as suas propostas ou ficarão a chupar dedos.

Desse jeito é tratada a educação no Brasil e cada vez mais a tão desejada autonomia universitária verga-se aos ditames do governo e fica mais longe de ser conquistada.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS,
CULTURAIS, ESPORTE E LAZER

Gripe Suína: cuidados

Os primeiros casos da doença começaram a surgir em abril. Se no começo a transmissão era apenas entre pessoas que viajavam para o exterior, hoje o vírus Influenza A é transmitido de pessoa a pessoa.

Agora, com a circulação em território nacional e com a chegada do inverno, a nova gripe, gripe suína ou gripe A é facilmente confundida com a gripe comum. Isso porque os sintomas são parecidos e se confundem muitas vezes - febre repentina, tosse, dor de cabeça, dores musculares, dores nas articulações e coriza.

Por isso, de acordo com o Ministério da Saúde, não importa, neste momento, saber se o que se tem é gripe comum ou a nova gripe. A orientação é, ao ter alguns desses sintomas, procurar seu médico ou ir a um posto de saúde. Ainda de acordo com informações do Ministério da Saúde, na gripe comum, a maioria dos casos apresenta quadro clínico leve e quase 100% evoluem para a cura. Isso também ocorre na nova gripe. Em ambos os casos, o total de pessoas que morrem após contraírem o vírus em todo o mundo é, em média, de 0,5%.

Além da ida ao médico, é preciso colocar em prática medidas de higiene, que são

fundamentais para diminuir a disseminação da doença: Higienizar as mãos com água e sabonete antes das refeições, antes de tocar os olhos, boca e nariz e após tossir, espirrar ou usar o banheiro; Evitar tocar os olhos, nariz ou boca após contato com superfícies; Proteger com lenços (preferencialmente descartáveis) a boca e nariz ao tossir ou espirrar, para evitar disseminação de aerossóis; Indivíduos com síndrome gripal devem evitar entrar em contato com outras pessoas suscetíveis; Indivíduos com síndrome gripal devem evitar aglomerações e ambientes fechados; Manter os ambientes ventilados; Indivíduos que sejam casos suspeitos ou confirmados devem ficar em repouso, utilizar alimentação balanceada e aumentar a ingestão de líquidos.

Em casa, alguns cuidados também devem ser tomados: Não compartilhar alimentos, copos, toalhas e objetos de uso pessoal; Evitar tocar olhos, nariz ou boca; Lavar as mãos frequentemente com sabonete e água, especialmente depois de tossir ou espirrar; Manter o ambiente ventilado; Evitar contato próximo com pessoas.

Além do disque-gripe (0800-2810100), que sempre dá sinal de ocupado, um site foi posto no ar (www.riocontragripea.rj.gov.br).

Todo apoio ao povo haitiano

No dia 25 de junho de 2009, a ASUNIRIO se fez representar pelas Coordenações de Políticas Sociais (Sheila Bernardes) e Sindicais (Wilson Ferreira) em debate organizado pelos companheiros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (SINTUR). Naquela ocasião tivemos a oportunidade de conhecer a real situação por que passa o povo haitiano, por intermédio de Carole Pierre Paul, membro da SOFA (Solidariedade das Mulheres Haitianas).

O Haiti é dono de, e possuiu uma grandeza histórica notável, ex-colônia francesa, realizou a primeira e única Revolução Vitoriosa de Escravos Negros na América Latina. Exemplo este, que até hoje faz tremer as nossas elites econômicas e que é omitido pela burguesia branca, racista e imperialista do Ocidente.

Para a grande burguesia reacionária do continente americano, o modelo vitorioso do Haiti, quando de sua independência em 1804, deve ser esquecido, riscado de vez da História. Não é por acaso que este país das Caraíbas, após sua independência tem sofrido incontáveis retaliações e intervenções militares (os “senhores da América” que o digam).

Diferentemente do que é propagandeado pela grande imprensa brasileira, quando mostra pelas imagens televisivas, nossas forças armadas embarcando para aquele país em “missão de paz”.

Segundo Carole Pierre, a situação econômica, social e política do Haiti só se dará com a saída das tropas da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse sentido, o Brasil cumpre um papel vergonhoso, coordenando as forças de ocupação (MINUSTAH), praticando às mais bárbaras ações contra o povo pobre haitiano: genocídio, estupros, maus tratos, etc. a tal propalada missão humanitária é uma grande farsa.

Para conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, o governo do Ex-operário admite que as FFAA brasileiras sejam terceirizadas pelos EUA (mercenários a serviço deles). Tio Sam não tem tempo a perder com o Haiti, ele tem mais a lucrar, massacrando os povos do Oriente Médio (Iraque, Afeganistão, etc.), coube ao Brasil o ridículo papel de um imperialismo de 3ª categoria.

É o mundo das contradições, o Brasil mal e porcamemente cuida de suas fronteiras, mas, ocupa ilegalmente um território irmão, com quem estamos aprendendo (aprendendo?) essa barbárie (ou só estamos dando seqüência ao bárbaro processo histórico dos nossos militares!).

Estamos lembrando os “bons tempos” da Roma Antiga, após apresentarmos nossa seleção de futebol, para cumprir o papel de pão e circo ao descamisado povo do Haiti, agora o presenteamos com o porrete, isso nos lembra a política do big-stick, temos aprendido rapidamente com “nossos senhores”.

Como se vê, nossa política externa tornou-se mais agressiva no plano das relações internacionais, e como? Vejam só: rasgamos o artigo 4º da nossa constituição, referen-

te aos Princípios Fundamentais, estamos fazendo tábula rasa, entre outros, dos incisos:

- I – Independência Nacional;
- II – Prevalência dos Direitos Humanos
- III – Autodeterminação dos Povos;
- IV – Não-intervenção.

Toda essa irracionalidade contra o povo haitiano tem o aval da ONU, que usa dois pesos e duas medidas em suas resoluções. Basta observarmos como os EUA e o Estado de Israel desrespeitam-na e fica o dito pelo não dito. O que perguntamos é; para quê e a quem serve a ONU. Um organismo viciado e submetido às vontades das nações ricas.

A companheira Carole revela ainda:

“Há um projeto de dependência externa do Haiti, ele visa tornar este país um fornecedor de mão-de-obra barata, criar exércitos de desempregados (estão com saudades da Revolução Industrial em seus primórdios) para alimentar a indústria ou a terceirização, privatizar os serviços sociais básicos (hospitais, escolas, etc. – qualquer semelhança com o que acontece aqui, não é coincidência) e reduzir a tarifa aduaneira (cimento, farinha, açúcar, arroz, etc.).

Atualmente, o empobrecimento cultural do Haiti é gigantesco, 76% da população é analfabeta (maioria de mulheres), isso é parte da política de Ajustamento Cultural demandada pelo FMI e pelo Banco Mundial.

O imposto de exportação é pequeno, a burguesia haitiana nada produz, vive do contrabando, o salário é de aproximadamente US\$ 1,7 diários, enquanto isso, cada militar que participa dessa missão (que missão, hein?) recebe US\$ 60mil por ano. Diante do posto, está criado o caldo de cultura para a violência, a corrupção e a prostituição. Toda essa miséria tem a sustentabilidade da MINUSTAH”

Este quadro traçado por Carole urge que seja mudado, o Brasil não pode continuar como cúmplice desse genocídio ocultado pela nossa mídia. Não basta pedirmos desculpas ao povo haitiano, levar essa informação, onde haja os fóruns de discussão (escolas, trabalho, universidades, praças públicas) é nosso dever.

Somos um país rico, temos muito a oferecer àquele sofrido povo, se Cuba oferece saúde, através do envio de médicos e a Venezuela doa petróleo, porque temos que enviar tropas? O nosso parque agrícola é rico em produtos alimentícios, a solidariedade de nosso povo é enorme.

Temos que exigir do governo Lula da Silva, ex-operário, o fim do acordo de envio de tropas ao Haiti, em outubro expira o prazo. São cinco anos de intervenção armada, o povo haitiano não quer de tropas estrangeiras em seus domínios.

O que o Haiti precisa é de ajuda para que seu povo recupere a independência e a soberania que lhe foi arrancada.

Estrutura do vencimento básico do PCCTAE a partir de 1º de Julho de 2009

Níveis				A				B				C				D				E			
Classes de Capacitação		Valor		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Piso AI	P01	R\$	888,16	1																			
	P02	R\$	920,13	2	1																		
	P03	R\$	953,25	3	2	1																	
	P04	R\$	987,57	4	3	2	1																
	P05	R\$	1.023,12	5	4	3	2																
Piso BI	P06	R\$	1.059,95	6	5	4	3	1															
	P07	R\$	1.098,11	7	6	5	4	2	1														
	P08	R\$	1.137,64	8	7	6	5	3	2	1													
	P09	R\$	1.178,60	9	8	7	6	4	3	2	1												
	P10	R\$	1.221,03	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso CI	P11	R\$	1.264,99	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
	P12	R\$	1.310,53	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
	P13	R\$	1.357,71	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
	P14	R\$	1.406,59	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P15	R\$	1.457,23	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
Teto AI	P16	R\$	1.509,69	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	1							
	P17	R\$	1.564,04		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1						
	P18	R\$	1.620,35			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1					
	P19	R\$	1.678,68				16	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1				
	P20	R\$	1.739,11					15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2				
Teto BI	P21	R\$	1.801,72					16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3				
	P22	R\$	1.866,58						16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4				
	P23	R\$	1.933,78							16	15	13	12	11	10	8	7	6	5				
	P24	R\$	2.003,40								16	14	13	12	11	9	8	7	6				
	P25	R\$	2.075,52									15	14	13	12	10	9	8	7				
Teto CI	P26	R\$	2.150,24									16	15	14	13	11	10	9	8				
	P27	R\$	2.227,65										16	15	14	12	11	10	9				
	P28	R\$	2.307,85											16	15	13	12	11	10	1			
	P29	R\$	2.390,93												16	14	13	12	11	2	1		
	P30	R\$	2.477,00													15	14	13	12	3	2	1	
Teto DI	P31	R\$	2.566,17													16	15	14	13	4	3	2	1
	P32	R\$	2.658,55														16	15	14	5	4	3	2
	P33	R\$	2.754,26															16	15	6	5	4	3
	P34	R\$	2.853,41																16	7	6	5	4
	P35	R\$	2.956,13																	8	7	6	5
Teto EI	P36	R\$	3.062,55																	9	8	7	6
	P37	R\$	3.172,80																	10	9	8	7
	P38	R\$	3.287,02																	11	10	9	8
	P39	R\$	3.405,35																	12	11	10	9
	P40	R\$	3.527,94																	13	12	11	10
	P41	R\$	3.654,95																	14	13	12	11
	P42	R\$	3.786,53																	15	14	13	12

Incentivo à qualificação

Está aberto o edital para qualificação dos servidores técnico-administrativos da UNIRIO. Confira o edital na íntegra. Para mais informações e a leitura do edital na íntegra, acesse o site: http://200.156.25.3/Documentos/Noticias/Edital_PRIQ_2009.pdf

EDITAL PRIQ 2009.01, de 22 de maio de 2009

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, conforme o artigo 6º da Resolução UNIRIO nº 3.058, de 08.04.09, por intermédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e do Comitê Gestor do Programa de Incentivo à Qualificação dos Servidores Técnico-Administrativos – **PRIQ**, instituído pela Portaria UNIRIO nº 296, de 04 de maio de 2009, torna público o presente Edital para dois Processos Seletivos que disponibilizam até 10 (dez) vagas para concessão do Incentivo, no âmbito da UNIRIO, nos níveis de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

1. FINALIDADE:

O Programa de Incentivo à Qualificação dos Servidores – **PRIQ**, destina-se a custear a qualificação de servidores técnico-administrativos da UNIRIO em Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização e em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado e Doutorado, com vistas a atender as metas institucionais estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

2. PROCESSO DE SOLICITAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONCESSÃO

2.1. Requisitos necessários para solicitação:

2.1.1. Ser servidor técnico-administrativo pertencente ao quadro efetivo da UNIRIO há pelo menos 03 (três) anos para Especialização e Mestrado, e há 04 (quatro) anos para Doutorado, incluído o período de Estágio Probatório, e que não tenha usufruído de licença capacitação ou assemelhado nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação;

2.1.2. Tenha sido aprovado em processo seletivo ou esteja regularmente matriculado em curso de pós-graduação em Instituição com cobrança de mensalidades;

2.2. Documentos necessários para a solicitação:

a) Declaração da Instituição em que o curso será realizado, confirmando a aprovação no processo seletivo ou a matrícula no curso;

b) *Curriculum Lattes*;

c) Declaração da Instituição em que o curso será realizado com os valores previstos de mensalidade e o número de cotas;

d) Termo de Adesão e Compromisso referente ao Incentivo PRIQ devidamente preenchido e assinado pelo servidor e com a concordância da chefia imediata do mesmo (em anexo).

2.3. Análise das solicitações:

As propostas serão analisadas pelo **Comitê Gestor** do PRIQ nos períodos previstos, conforme item 4 do presente.

2.4. Critérios para seleção:

2.4.1. Os cursos deverão possuir **Relação Direta** com o Ambiente Organizacional, Cargo e Atividades desempenhadas pelo servidor;

2.4.2. Curso *Lato Sensu* oferecido por Instituição credenciada pelo MEC;

2.4.3. Curso *Stricto Sensu* reconhecido pela CAPES.

2.5. Critérios de Desempate:

2.5.1 – Servidor com maior tempo de serviço na UNIRIO;

2.5.2 – Servidor com maior idade.

3. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

Os resultados da **primeira seleção** serão divulgados na página da UNIRIO, no dia **05 de junho de 2009** e os da **segunda seleção, no dia 31 de agosto de 2009**.

4. CALENDÁRIOS DO PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRE

DATAS	ATIVIDADES
1º Semestre: 26 de maio a 2 de junho de 2009	. Entrega do Formulário (em anexo) preenchido e assinado com a documentação necessária, conforme subitem 2.2 do presente. . Local de entrega: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPG - Av. Pasteur, 296 – Urca. . Horário: das 10h às 12h e das 13:30h. às 16:30h., com as servidoras Karla ou Graça. Tels.: 2542-7759 / 2542-7716
03 a 08 de junho de 2009	Análise e seleção das solicitações.
09 de junho de 2009	Divulgação dos resultados.

DATAS	ATIVIDADES
2º Se: 17 a 21 de agosto de 2009	. Entrega do Formulário (em anexo) preenchido e assinado com a documentação necessária, conforme subitem 2.2 do presente. . Local de entrega: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPG - Av. Pasteur, 296 – Urca. . Horário: das 10h às 12h e das 13:30h. às 16:30h., com as servidoras Karla ou Graça. Tels.: 2542-7759 / 2542-7716
24 a 28 de agosto de 2009	Análise e seleção das solicitações.
31 de Agosto de 2009	Divulgação dos resultados.

5. COMPROMISSO DO SERVIDOR
Apresentar relatório semestral, nos meses de julho e dezembro, das atividades acadêmicas e profissionais desenvolvidas a ser encaminhado ao Comitê Gestor para homologação.

6. OBSERVAÇÕES FINAIS:

6.1. Os casos omissos serão avaliados pelo Comitê Gestor.

6.2. Os Recursos serão aceitos até 2 (dois) dias úteis a contar da divulgação do resultado da seleção e deverão ser dirigidos à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPG, para análise do Comitê Gestor.

6.3. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Cidade do Rio de Janeiro/RJ, excluído qualquer outro, para dirimir questões oriundas deste edital.

Educação à distância processo seletivo

Estão abertas as inscrições de seleção de Discentes para os cursos de Capacitação de Professores Formadores, de Professores Tutores e de Gestores em Educação a Distancia (EAD) da UNIRIO.

O público-alvo são servidores docentes, técnicos e administrativos da UNIRIO e professores tutores dos cursos realizados ou em andamento na modalidade EAD da UNIRIO.

Vale lembrar que o candidato poderá se inscrever para realizar os três cursos.

A inscrição começou no dia 27 de julho e vai até o dia 26 de agosto. Para participar do processo seletivo é necessário o atendimento aos seguintes requisitos:

a) Possuir diploma de graduação em qualquer área, reconhecido pelo MEC;

b) Ter habilidade e conhecimento para usar computadores em atividades educacionais através de internet (correio-eletrônico, web, fórum, bate-papo, plataformas de ensino-aprendizagem etc.).

De acordo com o edital, para a inscrição no processo seletivo deverão ser entregues os seguintes documentos:

a) Ficha de inscrição preenchida e assinada pelo requerente e pelo chefe da unidade que o servidor trabalha, disponível no Anexo I deste edital, e no endereço eletrônico <http://www.unirio.br/cead>;

b) Carteira de Identidade e CPF (cópia frente e verso);

c) Diploma de graduação registrado (cópia frente e verso);

d) Para os candidatos não pertencentes ao quadro funcional da UNIRIO: declaração de atuação como Professor Tutor em curso realizado ou em andamento na modalidade EAD da UNIRIO.

e) Declaração de comprometimento e disponibilidade para participação em capacitação e encontros presenciais na UNIRIO e de habilidade e conhecimento para usar computadores em atividades educacionais, conforme Anexo II.

A documentação requerida para a inscrição deverá ser entregue nos dias úteis, no período de 27/07/2009 a 26/08/2009, das 10 às 16 horas, em envelope pardo, identificado com nome e curso(s) pretendido(s), no Protocolo da UNIRIO – Subsolo do Prédio da Enfermagem - Av. Pasteur, 296 – Praia Vermelha - Rio de Janeiro – RJ.

De acordo com o edital, o processo de seleção constará de verificação da documentação onde serão checados se todos os documentos requeridos foram entregues; prova oral pública onde será avaliada a sua capacidade em se posicionar quanto ao papel da Educação a Distância na realidade brasileira bem como a possibilidade de aplicação dos conhecimentos obtidos.

O resultado final da seleção será divulgado no endereço eletrônico <http://www.unirio.br/cead/> e afixado no mural da sede da CEAD no dia 15/09/2009 (terça-feira).

Caso queira ler o edital na íntegra, basta acessar a página: <http://www.unirio.br/cead>

Confira o quadro de vagas:

CURSO	VAGAS	PERÍODO	Horas
1. Elaboração de Material Didático em EAD	80	20/10/09 à 15/12/09 18/01/10 a 30/04/10	180
2. Tutoria em EAD	80	20/10/09 à 15/12/09 18/01/10 a 30/04/10	180
3. Gestão em EAD	80	20/10/09 à 15/12/09 18/01/10 a 30/04/10	180
TOTAL	240		